

DOS TRIÂNGULOS ESTRATÉGICOS:
O IMPACTO NO POSICIONAMENTO
INTERNACIONAL DE PORTUGAL

Pedro Meneses ¹

Tenente de Infantaria. Professor de Relações Internacionais na Academia Militar e Investigador no CINAMIL. Doutorando em Ciências Sociais, Especialidade de Estudos Estratégicos, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

RESUMO

O presente artigo aborda o tema «Dos Triângulos Estratégicos: O impacto no posicionamento internacional de Portugal» e tem como objetivo refletir sobre o modo como Portugal articula a sua posição geográfica e as suas relações político-diplomáticas, para aumentar a sua autonomia e a sua relevância na Ordem mundial. A investigação que agora apresentamos permitiu concluir que a centralidade atlântica do território português possibilita o controlo dos movimentos marítimos no Atlântico e perfila o País como parte essencial na construção da arquitetura de paz e segurança a Norte e a Sul daquele Oceano. Aquela centralidade valoriza direta e indiretamente Portugal na hierarquia das potências, uma vez que fortalece a posição do País na OTAN e na UE à medida que a consolidação e integração dos países da CPLP se aprofunda e reforça a sua liderança no seio dos países da CPLP à medida que a sua relevância na OTAN e na UE é incrementada.

Palavras-chave: Portugal, Triângulos Estratégicos, Ordem Mundial.

¹ Contacto: pedro.meneses@academiamilitar.pt

Recebido em 12 de julho de 2015 / Aceite em 10 de setembro de 2015

ABSTRACT

This article discusses the theme “On Strategic Triangles: The impact on the international position of Portugal” and aims to reflect on how Portugal articulates its geographical position and its political and diplomatic relations, to increase their autonomy and their relevance in the World Order.

This scientific article allowed to conclude the atlantic centrality of the Portuguese territory enables the control of shipping movements in the Atlantic Ocean and makes the country an essential part in the construction of the peace and security architecture both in the North and South of this Ocean. That geographical centrality values directly and indirectly Portugal in the hierarchy of powers, since it strengthens the country’s position in NATO and in EU as the consolidation and integration of the CPLP countries deepens and empowers its leadership within the CPLP countries as its relevance in NATO and in EU is incremented.

Key words: Portugal, Strategic Triangles, World Order.

«Um país não escolhe inteiramente a sua política externa (...)»

Jaime Gama

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, a inserção internacional de Portugal seguiu uma trajetória dinâmica, alternando entre o isolamento continental europeu e a expansão marítima para Sul e para Oeste.

O fim da II Guerra Mundial e a Guerra Fria conduziram à criação de uma comunidade política e de segurança — a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) — e à rotura dos tradicionais impérios coloniais europeus em África e na Ásia.

Em 1949, Portugal foi chamado a participar na fundação da Aliança Atlântica, pese embora no País não vigorasse um sistema político democrático. No contexto de uma aliança político-militar na Bacia do Atlântico Norte, «(...)a ausência de Portugal de um sistema defensivo que envolvesse as principais potências atlânticas da América do Norte e da Europa constituiria uma vulnerabilidade que se poderia tornar fatal à consistência e sobrevivência da Aliança.» (Santos, 2009: 123). A Revolução de 25 de Abril despoletou o processo de descolonização que se seguiu — ainda que tardia relativamente às potências coloniais do Centro e do Norte da Europa — e a extinção do Império Africano².

² A História de Portugal relata a constituição de três impérios em diferentes períodos históricos, nomeadamente o Império de Goa, o Império do Brasil e, mais recentemente, o Império Africano.

Assumida a indispensabilidade do *guarda-chuva* de segurança norte-atlântico, Portugal experimentou três ciclos de política externa desde 1976 (Pavia & Monteiro, 2013), designadamente: o ciclo de adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), entre 1976 e 1985; o ciclo da cooperação lusófona, cujo início pode ser estabelecido em 1985, mas que se efetiva com a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 1999; e o ciclo da diplomacia económica, após 1999. Estes ciclos da Política Externa Portuguesa do Portugal democrático, a que se soma a condição de Estado-Membro fundador da OTAN, definem os vetores e linhas de força da ação externa portuguesa.

A análise destes vetores permite identificar que «(...) as prioridades estratégicas de Portugal (...) assentam na tríade União Europeia — Aliança Atlântica — Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa.» (Palmeira, 2006: 198), ou seja, nos *grandes espaços* a que o país pertence e em que investe recursos políticos, diplomáticos, económicos e militares consideráveis.

A participação nestes múltiplos *grandes espaços* tem garantido a Portugal uma autonomia de decisão e uma capacidade para influenciar as decisões francamente superiores à dimensão da sua massa crítica, pelo que importa refletir sobre as razões que viabilizam esta condição.

Assim, o presente artigo procurará descrever o modo como Portugal, articula a sua posição geográfica e as suas relações político-diplomáticas, para aumentar a sua autonomia e a sua relevância na Ordem mundial.

2. OS TRIÂNGULOS ESTRATÉGICOS DE PORTUGAL

A inserção internacional de Portugal no início de presente século é melhor interpretada considerando o conceito de *Triângulo Estratégico Português*. Apesar de serem várias as ocasiões em que se refere o conceito e à sua aplicação por parte do Estado Português, a sua definição tem sido palco de parco debate. Em Junho de 2014, o Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico publicou uma obra com intitulada “*O Mar no Futuro de Portugal: Ciência e Visão Estratégica*”, em que Marisa Fernandes procurou definir *Triângulo Estratégico Português*, sugerindo que corresponde a:

«(...) uma ideia abstrata, resultando num conjunto de potencialidades e vulnerabilidades (securitárias, económicas e científicas) do espaço geopolítico português no seu todo, que é necessário gerir em benefício da população portuguesa no âmbito do Estado Português por si só, mas também em prol do papel que o Estado desempenha como membro de Organizações Internacionais como a OTAN e a EU e de comunidades como a CPLP.» (Fernandes, 2014: 125).

Ao considerarmos esta conceção, facilmente entenderemos a razão que leva José Palmeira (2006) a referir-se ao *Triângulo Estratégico Português*, salientando a estreita ligação de Portugal à tríade OTAN — UE — CPLP e a importância que a articulação destes *grandes espaços* tem para o reforço da posição e da liberdade de ação do País. Na publicação *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais* (2006), Palmeira refere a existência de três *Triângulos Estratégicos Portugueses* interdependentes, que designa como *triângulo nacional*, *triângulo lusófono* e o *triângulo mundial*.

2.1. O TRIÂNGULO NACIONAL

O *triângulo nacional* corresponde ao polígono definido pelos vértices Lisboa, Ponta Delgada e Funchal (*vide* Figura 1) e articula a posição geográfica das parcelas do *território nacional* — continente e arquipélagos. De acordo com José Palmeira (2006), é o triângulo nacional que confere a Portugal a sua vocação marítima, profundidade atlântica e posiciona o País como ponto de charneira e convergência de vários grandes espaços.

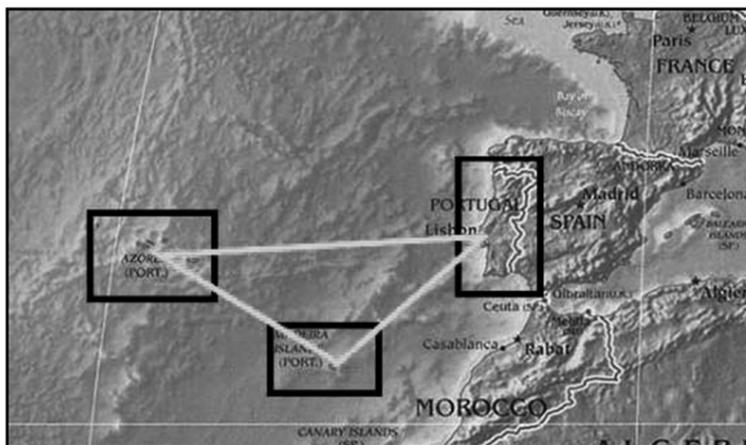


Figura 1: O triângulo nacional.

O *triângulo nacional*, posicionado no centro do Atlântico Norte, é um *interface* para a ligação entre as suas margens, permitindo o controlo sobre:

- os movimentos marítimos no Golfo de Cádiz em direção ou provenientes do Estreito de Gibraltar, em direção;
- os movimentos marítimos entre a América do Norte e a Europa;
- os movimentos marítimos entre o Pacífico (através do Canal do Panamá) e a Europa; e
- os movimentos marítimos entre os países do Atlântico Sul e a Europa.

Enquanto espaço físico que permite o controlo sobre as regiões de convergência de navios militares e comerciais, o *triângulo nacional* é alicerce fundamental da política e da estratégia nacionais, possibilitando que um pequeno Estado — Portugal — se afirme como essencial à viabilidade e à credibilidade de alguns dos principais *grandes espaços* da cena internacional — a OTAN, a UE ou a CPLP. A título de exemplo, devemos atender ao convite endereçado a Portugal para participar na fundação da OTAN, em 1949, ainda que o regime político vigente até 1974 não partilhasse dos valores democráticos dos países da América do Norte e da Europa Ocidental⁴ (Santos: 2009) (Escorrega: 2010) (Correia A: 2010).

2.2. O TRIÂNGULO LUSÓFONO

O *triângulo lusófono* alicerça-se na constituição e consolidação da CPLP, mas resulta da articulação entre os vértices Lisboa, Brasília e Luanda (Palmeira: 2014) (*vide* Figura 2). Este *triângulo estratégico* permite a ligação entre o Continente Europeu, a América do Sul e África. A articulação entre estes vértices garante a Portugal um elemento diferenciador no contexto da OTAN e da UE, ao mesmo tempo que permite um relacionamento privilegiado com dois países da bacia do Oceano Atlântico com grande potencial de expansão e desenvolvimento — Angola e Brasil.

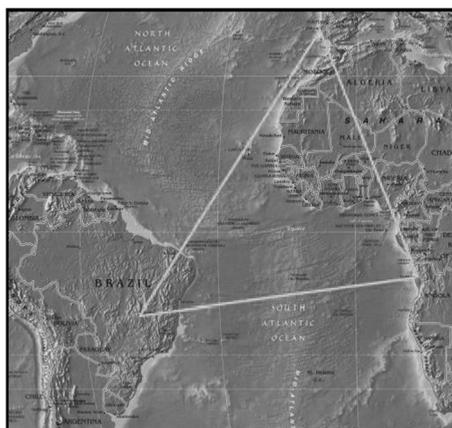


Figura 2: O triângulo lusófono.

O *triângulo lusófono* constitui-se como um *garante* da liberdade de ação lusa. O vínculo deste polígono a um grande espaço de matriz cultural — como a CPLP — permite que os três vértices desenvolvam relações políticas, diplomáticas e económicas

³ Parte substancial do que Saul Bernard Cohen (2009) designa por *Trade Dependent Maritime Realm*.

⁴ Angola, o Brasil, Cabo Verde, a Guiné Bissau, a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe situam-se no Atlântico Sul. Moçambique está posicionado na região oeste da Bacia do Índico e Timor-Leste localiza-se no Sudoeste Asiático, em posição de charneira entre o Oceano Índico e o Oceano Pacífico.

privilegiadas com países de distintas regiões do globo⁵, com diferentes conceitos estratégicos e pertencentes a outros *grandes espaços*. Esta ligação estreita permite concretizar domínios de concertação político-diplomática, assumir a vanguarda na regulação da segurança e da estabilidade no Atlântico Sul e articulá-la com outras arquiteturas de paz e segurança regionais como a OTAN.

Além disso, é do domínio público que estão disponíveis reservas significativas de recursos naturais essenciais na região Sul do Oceano Atlântico — *i. e.* petróleo ou gás natural — que os países da América do Norte e da Europa importam em grandes quantidades e são transformados ou consumidos nos seus pesados complexos industriais. Angola e Brasil estão entre os países com as reservas mais significativas e com a produção mais elevada mundialmente.

Assim, torna-se evidente que o *triângulo lusófono* é fundamental numa arquitetura de paz e segurança no Atlântico Sul. Angola e Brasil emergem como potências regionais e, em articulação com Portugal, promovem um arquitetura de paz e segurança alargada ao Atlântico Sul, sem que com isso assistam à presença de forças militares significativas na sua área de influência (Couto: 2012). Este *triângulo* é reforçado pelo vínculo dos seus três vértices à CPLP, uma organização de matriz cultural que desenvolve um papel ímpar de reunião Estados das duas margens do Atlântico Sul e com destaque cada vez maior para a estabilidade naquela Bacia (Palmeira: 2006). Não obstante, o *triângulo lusófono* apresenta grandes disparidades na sua constituição. Portugal, com um nível de estabilidade política, económica e de segurança consistentes, principalmente após a entrada na década de 90 do século passado, articula-se com o Brasil. Este país dispõe uma matéria crítica muito elevada⁵ e é como potência regional e emergente. Apesar disso, com um sistema económico extremamente dependente dos recursos petrolíferos e um sistema político democrático ainda jovem, o Brasil tem uma estabilidade pouco consistente e um nível de desenvolvimento aquém do das grandes potências⁶. Por fim, Angola é um país em clara ascensão regional, exercendo uma forte influência na África Subsariana, principalmente na região do Golfo da Guiné e da África Austral. Apesar disso, o sistema político vigente desde o fim da Guerra Civil, as extensas desigualdades internas e a fragilidade do seu sistema económico fazem do País um parceiro consideravelmente frágil no que respeita à capacidade de projeção de poder⁷ (Palmeira: 2006).

⁵ *I. e.* grande território, população de aproximadamente duzentos milhões de habitantes, consideráveis reservas de petróleo e gás natural.

⁶ Por exemplo, no ano de 2014, o Brasil ocupou a posição n.º 79 do Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas, bem abaixo da posição n.º 41 ocupada por Portugal.

⁷ Atente-se à participação de Angola na crise vivida pela Guiné-Bissau durante o ano de 2012.

2.3. O TRIÂNGULO MUNDIAL

O *triângulo mundial* articula três *grandes espaços* a Portugal que pertence, nomeadamente à OTAN, a UE e a CPLP. O facto de Portugal ser membro destas três organizações possibilita que esteja presente nos principais *fora* internacionais de decisão, garantindo uma acrescida capacidade de concertação político-diplomática e, por esta via, poder de influência sobre as principais decisões da Política Internacional.

Estes três *grandes espaços* definem a fronteira de Portugal nos domínios da segurança, da economia e da identidade cultural (Correia: 2002) (Moreira, 2005) (Moreira: 2011).

Desde a fundação da OTAN, em 1949, Portugal tem na Aliança um garante da sua segurança. A OTAN é o principal fator de dissuasão de eventuais agressões, ao mesmo tempo que assegura a solidariedade dos Estados-Membros no caso de ataque ao território nacional. Este princípio — defesa coletiva — aplica-se a todos os países subscritores do *Tratado de Washington* e reorganiza as fronteiras de segurança de todos, fazendo-as coincidir com os limites dos países que ocupam as posições geográficas mais exteriores.

Os EUA — incontestado líder da Aliança Atlântica — veem o triângulo nacional como cabeça-de-ponte para a projeção das suas forças militares em direção a Europa e ao Norte de África, ao mesmo tempo que reconhecem a importância do Arquipélago dos Açores para o controlo da navegação no Atlântico Norte (Fernandes: 2014)⁸. O território nacional é imprescindível à Aliança Atlântica pela sua localização central no Atlântico Norte, extremamente próximo do acesso ao Mar Mediterrâneo e do Magrebe e em posição de rápido acesso ao Sul do Atlântico. A localização geográfica de Portugal é fundamental para o controlo dos movimentos no Oceano Atlântico, sejam militares ou comerciais⁹ (Serronha: 2010) (Santos: 2009).

A assinatura do *Tratado de Adesão* à CEE a 12 de junho de 1985, veio confirmar a transfiguração desta fronteira portuguesa que, a 1 de janeiro de 1986, passou a ser coincidente com a CEE.

Até 1985, a adesão à CEE centrava-se na garantia da manutenção de um sistema político democrático e da promoção de desenvolvimento económico e social. Uma vez consolidado o regime democrático, a dianteira dos interesses lusos a defender no quadro europeu passou a situar-se no campo económico.

⁸ Neste domínio, um fator a considerar prende-se com a importância da geografia dos Açores evoluir em proporção inversa à autonomia das aeronaves e embarcações. Os avanços tecnológicos significativos na indústria aeronáutica e espacial, e na construção naval, têm vindo a permitir a construção de aeronaves e embarcações com uma autonomia e uma capacidade de carga cada vez maiores, reduzindo a dependência que os EUA têm relativamente ao *Lajes Field* e à *65th Air Base Wing*, lá estacionada.

⁹ Recentemente, verifica-se o desinvestimento norte-americano na Base das Lajes. Por um lado, a crescente autonomia das aeronaves reduz a necessidade de recurso àquela unidade militar. Por outro lado, após vários conflitos no início do século XXI, os EUA procuram reduzir as suas despesas militares.

Após o período de transição que Portugal experienciou na sua integração na UE, os termos do Acordo de Schengen e da Convenção Schengen foram finalmente assumidos sem restrições¹⁰, permitindo a plena integração na comunidade de livre circulação de pessoas, bens e serviços. Em particular, a eliminação de barreiras ao comércio entre os Estados-Membros da UE permitiu que os países daquela organização assumissem lugar de destaque na economia portuguesa, como aliás é notório quando analisamos os dados relativos ao comércio internacional em Portugal¹¹.

A prosperidade portuguesa, principalmente depois da integração monetária, está vinculada à própria prosperidade do conjunto dos Estados-Membros da CEE, cujos níveis médios de riqueza Portugal persegue há quase três décadas. A liberdade de circulação de pessoas, bens e serviços inerente à pertença à UE e a expansão da organização para leste têm colocado a fronteira económica de Portugal cada vez mais afastada das fronteiras políticas delimitadoras do espaço de soberania clássica. No caso da CPLP, verificamos que esta organização não tem equiparável nas múltiplas organizações internacionais existentes. No prefácio de “*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Fundamentos Político-Diplomáticos*” (Marchueta & Fontes: 2001), Adriano Moreira afirma que a CPLP não tem paralelo na reorganização que surgiu da Segunda Guerra Mundial, mesmo quando comparada com a Commonwealth ou a Organização Internacional da Francofonia (OIF). O fim do Império Africano determinou o fim de uma estratégia nacional implícita e secular, permitiu que os novos países seguissem um rumo diferente de Portugal, contudo não deitou por terra o património histórico, cultural e linguístico comum. A necessidade de uma reorganização das relações entre os Estados resultantes da independência dos povos e territórios dos extintos Impérios de Portugal deu origem à constituição da Comunidade. Para todos os Países Membros, a CPLP assume a expressão de vetor estratégico de PE, uma vez que aumenta o respetivo poder e amplia a capacidade de influência nas OI regionais e inter-regionais (Bernardino: 2011). Ainda que de modo descontínuo, os Estados resultantes da dissolução dos Impérios de Goa, do Brasil e Africano constituem um espaço político coletivo diferenciado e identificado pelo predomínio da Língua Portuguesa. Estes Estados, na sua maioria localizados nas margens do Atlântico Sul, reconhecem a existência de interesses comuns, confirmados através de compromissos formalizados em sede bilateral e multilateral (Marchueta & Fontes: 2001).

¹⁰ O que se efetivou no ano de 1995.

¹¹ A título de exemplo, deve salientar-se que Portugal exporta bens e serviços num total de cerca de 48 mil milhões de Euros, dos quais cerca de 34 mil milhões de Euros têm como destino países da UE. No que às importações diz respeito, Portugal regista um valor total de cerca de 59 mil milhões de Euros, dos quais cerca de 44 mil milhões são provenientes de países da UE (Instituto Nacional de Estatística: 2014).

Uma característica distintiva da CPLP prende-se com o facto dos seus membros estarem associados a grandes espaços, constituídos ou em constituição, sendo que a cada um desses grandes espaços correspondem conceitos estratégicos diferenciados. Tal multiplicidade de ligações obriga à conceção de um conceito estratégico lusófono comum, viável e integrador (Marchueta & Fontes: 2001). Segundo Marchueta & Fontes (2001: 15), a relação favorável com os Continentes Africano e Americano, através dos PALOP e do Brasil respetivamente, permitem a afirmação sustentada de Portugal nos países ocidentais, ao mesmo tempo que possibilitam um contrapeso a uma continentalização excessiva do País.

3. A ARTICULAÇÃO DOS *TRIÂNGULOS ESTRATÉGICOS DE PORTUGAL* E O POSICIONAMENTO DO PAÍS NA HIERARQUIA DAS POTÊNCIAS

Os *triângulos estratégicos portugueses* são uma sistematização da influência e da expressão da posição geográfica no quadro da política e da estratégia portuguesas, que se traduzem num exercício funcional do poder por parte de Portugal.

O *triângulo nacional* assenta na posição geográfica das três parcelas do território nacional e na sua própria configuração arquipelágica e oceânica, características que incrementam a importância do território nacional como um todo, mas principalmente dos Arquipélagos do Açores e da Madeira (Ferreira: 1980).

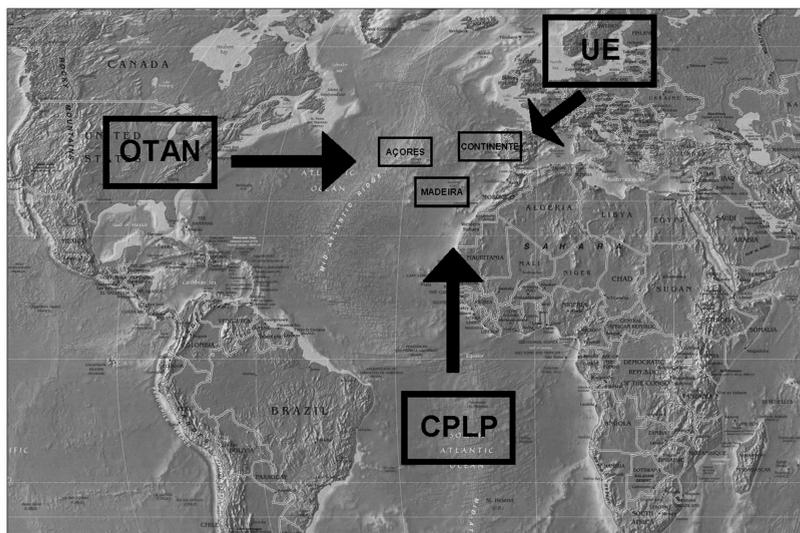


Figura 3: Portugal como ponto de convergência da OTAN, da UE e da CPLP.

O *triângulo lusófono* centra-se na ligação de Portugal com a potência regional na América do Sul — o Brasil — e com uma potência africana em emergência regional, principalmente no Golfo da Guiné e na África Austral — Angola. Esta ligação baseia-se também no património histórico, cultural e linguístico comum, é reforçada pela presença dos três países num fórum multilateral — a CPLP —, mas os seus objetivos serão de natureza essencialmente económica e securitária. O *triângulo mundial* constitui-se graças à posição geográfica lusa, que “obrigou” à integração de Portugal no *Tratado do Atlântico Norte*, em 1949, e faz do Estado Português um país europeu membro da UE. Já a língua comum e o património histórico, cultural e linguístico comum possibilitou a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que sendo pluricontinental se concentra no Atlântico Sul.

A condição de Estado-Membro da NATO, da UE e da CPLP permite que Portugal garanta a presença no principal bloco político e militar do Mundo, integre um grande espaço de natureza política e económica e promova a integração de natureza cultural com países de áreas geográficas diversas. O País aumenta o seu poder no seio da OTAN e da UE de modo proporcional à intensidade e à profundidade dos laços com os países da CPLP, principalmente aqueles que são desenvolvidos com Angola e o Brasil. Ao mesmo tempo que são facilitadas as relações com dois importantes atores da segurança no Atlântico Sul, abrem-se portas em dois mercados regionais de importância crescente, como são o Mercado Comum do Sul ou a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (Palmeira: 2006).

A inserção internacional de Portugal é potenciada pela posição geográfica das parcelas do território nacional e pelas diferentes ligações — políticas, securitárias, económicas e culturais — que Portugal estabelece. Portugal é um Estado crucial na viabilidade e credibilidade da Aliança Atlântica enquanto organização de defesa coletiva dos países do Atlântico Norte e ator global de segurança. Simultaneamente, a mesma posição geográfica faz do país um Estado europeu. Em estreita ligação com o regime político democrático e a economia de mercado aberta e capitalista, a posição geográfica possibilitou que Portugal se tornasse Estado-Membro da UE e, ainda que indiretamente, impulsionou o fortalecimento da economia e das condições de estabilidade e segurança do País.

Em conjunto, a adesão à OTAN e à UE coloca Portugal nos principais fóruns internacionais no âmbito da segurança e da economia. O posicionamento de Portugal nas duas principais organizações regionais do Atlântico Norte teve consequências no plano interno, mas também fomentou o desenvolvimento do vetor lusófono da Política Externa Portuguesa, consolidado com a fundação da CPLP.

Apesar de ter subjacente um património histórico, cultural e linguístico comuns, a fundação da CPLP beneficiou da integração de Portugal na Aliança Atlântica

e na UE. Principalmente nos setores da segurança e da economia, Portugal é um importante promotor das relações entre os países de língua portuguesa, a OTAN, a UE e os respetivos Estados-Membros (Couto: 2012).

A relevância de Portugal no quadro da OTAN e da UE é incrementada pela integração — senão liderança — no quadro da CPLP, mas principalmente pelas relações privilegiadas mantidas com as duas potências lusófonas no Atlântico Sul — Angola e Brasil.

A dependência dos recursos naturais do Sul, torna cada vez mais provável a conceção de uma arquitetura de paz e segurança Atlântica, ainda que tal não implique a presença militar dos países da OTAN na região Sul do Atlântico. Neste contexto, Portugal poderá desempenhar um papel agregador. José Loureiro dos Santos defende isso mesmo, quando afirma que

«(...) a existência de um acordo de segurança em que Portugal participe juntamente com importantes países ribeirinhos do Atlântico (e Mediterrâneo), num sistema que envolva o Atlântico Sul, preencheria com “ espaço amigo ” a calote terrestre deixada em aberto pelas duas alianças (...) que envolvem o Atlântico Norte.» (2009: 129).

Também no plano da segurança, a integração na CPLP reforça o poder de Portugal no quadro da OTAN e da CPLP. Os recursos naturais existentes nos países ribeirinhos do Atlântico Sul e os mercados por eles representados são importantes para os países do Atlântico Norte. Hoje, os países da CPLP desempenham um importante papel no estabelecimento de equilíbrios em África e na América Latina. Sendo membro da CPLP, Portugal tem a capacidade de influenciar e participar em decisões com impacto para a estabilidade do Atlântico Sul e, indiretamente, para a segurança e para a estabilidade dos países do Atlântico Norte.

Em “*A Circunstância do Estado Exíguo*”, Adriano Moreira ilustra a liberdade de ação representada pela CPLP, não só pela História partilhada entre povos de diversos cantos do Mundo, mas também pelo que ela pode proporcionar no que se refere à articulação nos movimentos nas direções norte-sul e este-oeste. Desta forma:

«(...) uma janela de liberdade governativa e soberana, para desenvolver a política que recebeu forma na CPLP. É uma vertente que envolve a articulação da segurança do Atlântico Norte com a segurança do Atlântico Sul, reconhece a importância dos arquipélagos portugueses, e também de Cabo Verde, que ajuda a renovar e modernizar a solidariedade do Brasil, que presta ao globalismo o serviço da solidariedade horizontal dos povos de língua portuguesa.» (2011: 17).

Esta referência é ilustrativa das mais-valias potenciais da partilha e materialização institucional de um percurso histórico comum, seja do ponto de vista político, estratégico ou económico. Por estas razões e pelo domínio das dinâmicas regionais das margens do Atlântico Sul, Portugal perfila-se como um excelente interprete dos interesses e das sensibilidades dos principais países da região — Angola e Brasil (Couto: 2012).

4. CONCLUSÃO

Na atualidade, o conceito tradicional de fronteira tende a diluir-se na multiplicidade de ligações e interdependências dos Estados. No caso de Portugal, verifica-se a integração em diferentes *grandes espaços*, concretizada pela importância da posição geográfica das parcelas do território nacional, pela partilha de interesses político-diplomáticos, estratégicos e económicos comuns, mas também pela existência de um património histórico, cultural e linguístico comum.

A centralidade atlântica do território português permite o controlo dos movimentos marítimos no Atlântico e perfila o País como parte essencial à construção de uma arquitetura de paz e segurança quer a Norte, quer a Sul daquele Oceano. Aliás, é esta condição que valoriza direta e indiretamente Portugal na hierarquia das potências, uma vez que:

- fortalece a sua posição na OTAN e na UE à medida que a consolidação e integração dos países da CPLP se aprofunda;
- reforça a sua posição no seio dos países da CPLP à medida que a sua relevância na OTAN e na UE é incrementada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDINO, L. M. B., 2011. A Segurança Marítima no Seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia. *Nação e Defesa*, Volume N.º128 - 5.ª Série, pp. 41-46.
- COHEN, S. B., 2009. *Geopolitics: The Geography of International Relations*. 2.ª ed. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc..
- CORREIA, A., 2010. *O Mar no Século XXI - Contributo para uma Análise Estratégica aos Desafios Marítimos Nacionais*. Aveiro: FEDRAVE.
- CORREIA, P. d. P., 2002. Análise Geopolítica de Portugal. *Nação e Defesa*, Volume N.º 101 - 2.ª Série, pp. 79 - 98.
- COUTO, A. C., 2012. A Importância Estratégica do Atlântico Sul. *Nação e Defesa*, Volume N.º 132 - 5.ª Série, pp. 238 - 246.

- ESCORREGA, L. F., 2010. Da Importância Geopolítica e Geoestratégica dos Açores no Atual Contexto Estratégico. *Revista Militar*, Fevereiro / Março, Volume N.º 2497 / 2498, pp. 203 - 239.
- FERNANDES, M., 2014. Geopolítica do Atlântico: A Actualidade do Triângulo Estratégico Português. In: *O Mar no Futuro de Portugal: Ciência e Visão Estratégica*. Lisboa: Centro de Estudos Estratégicos do Atlântico, pp. 123 - 137.
- FERREIRA, J. M., 1980. Reflexão sobre a Importância Estratégica das Ilhas Atlânticas: Sua permanência e evolução histórica. *Nação e Defesa*, Volume N.º 13, pp. 134 - 144.
- Instituto Nacional de Estatística, 2014. Dados Estatísticos. [Online] Available at: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados [Acedido em 07 Outubro 2015].
- MARCHUETA, M. R. & Fontes, J., 2001. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Fundamentos político-diplomáticos*. Lisboa: Centro de Estudos Orientais da Fundação Oriente.
- MOREIRA, A., 2005. As Fronteiras da Europa. *Nação e Defesa*, Volume N.º 112 - 3.ª Série, pp. 9 - 16.
- MOREIRA, A., 2011. *A Circunstância do Estado Exíguo*. Lisboa: Diário de Bordo Editores.
- PALMEIRA, J., 2006. *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.
- PALMEIRA, J., 2014. Potencial Geopolítico da CPLP na Segurança Internacional. In: *Interfaces da Lusofonia*. Braga: CSCS Universidade do Minho, pp. 191 - 198.
- PAVIA, J. F. & Monteiro, M., 2013. *A Política Externa nos Programas de Governo do Portugal Democrático (1974 - 2013)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- SANTOS, J. L. d., 2009. A Região Geopolítica do Atlântico e Portugal. *Nação e Defesa*, Outono - Inverno, Volume N.º 24 - 4.ª Série, pp. 121 - 132.
- SERRONHA, M., 2010. Portugal e o Novo Conceito Estratégico da NATO. *Relações Internacionais*, Setembro, Volume N.º 27, pp. 55 - 64.

PEDRO MENESES

Tenente de Infantaria. Professor de Relações Internacionais na Academia Militar e Investigador Associado do CINAMIL. Doutorando em Ciências Sociais, Especialidade de Estudos Estratégicos, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

